

ÁREAS PROTEGIDAS, INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO

Edilaine Albertino de Moraes¹

A criação de Unidades de Conservação (UCs) e demais áreas protegidas têm sido uma das principais estratégias de conservação da natureza e interação do homem com essas áreas.

Dentre as categorias de uso sustentável previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva Extrativista (RESEX), por envolver as populações tradicionais e fazer o uso racional dos recursos naturais, representa um grande diferencial para o turismo, pois esses aspectos constituem seu principal atrativo. Desta forma, o presente artigo propõe discutir a inclusão das comunidades locais no processo de desenvolvimento do turismo como ponto principal para a sustentabilidade dessa iniciativa em RESEXs. Esta análise foi desenvolvida através do caso das RESEXs Currealinho e Pedras Negras em Rondônia, no qual utilizou-se consulta bibliográfica em livros, teses e internet para subsidiar a construção do referencial teórico. A relevância desse tema se deve ao fato do turismo ser um dos setores de maior crescimento no mundo. Por isso, temos visto casos onde o turismo degrada mais do que beneficia. A inclusão dos sujeitos sociais envolvidos com o turismo nos processos de decisão e gestão da atividade torna-se essencial para gerar um turismo mais justo e equitativo socialmente e conservador da natureza.

Atualmente, há uma maior visibilidade social das populações tradicionais que vivem em áreas protegidas. Em alguns estados, como Amazonas e Pará, essas populações começaram a se organizar em associações e reivindicar as autoridades do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis (IBAMA) seus direitos ao território ancestral e à manutenção de seus hábitos e costumes tradicionais. Neste contexto, a categoria RESEX se destaca por envolver as populações extrativistas tradicionais e proteger os seus meios de vida. No Brasil, são 16 anos de RESEX, totalizando 49, sendo 35 na Amazônia. De início, havia cerca de 2 milhões ha em áreas de RESEXs com quase 6 mil famílias beneficiárias e hoje há próximo de 10 milhões ha com cerca de 2 mil famílias (CNPT/DISAM/IBAMA, 2006). Além de seus objetivos, a RESEX também tornou-se significativa pelo seu processo de criação, originado da luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes pela manutenção dos seringais como forma de sobrevivência (DIEGUES, 2004), sendo sem dúvida, exemplo de defesa e reforço de modos de vida ameaçados.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: edilainerumos@yahoo.com.br.

Assim, essas áreas podem contribuir para a manutenção de exemplos dinâmicos de relação harmoniosa entre homem e natureza para as sociedades urbano-industriais, porém conhecemos pouco sobre esses sistemas e a chave para o entendimento das atividades sustentáveis em ambientes frágeis começa com as populações tradicionais (DIEGUES, 2004).

É importante ressaltar que a integração dessas populações na gestão dos recursos naturais tem se mostrado não apenas como um componente facilitador da gestão, mas também como uma estratégia de distribuição dos benefícios de forma socialmente mais justa.

Assim, o turismo surge como uma possibilidade de complementar a renda dessas populações, além de fortalecer sua cultura que figura como um dos principais atrativos. O ecoturismo, sendo uma forma sustentável de turismo pode contribuir para a conservação da natureza e melhorar a qualidade de vida das populações locais e regionais, sobretudo por ter princípios de mínimo impacto e pela distribuição e participação equânime das populações envolvidas no que tange aos benefícios socioeconômicos. Sendo assim, o envolvimento e a inclusão dos moradores são fundamentais para “sustentabilidade” e planejamento do turismo no local. Loureiro (2005) ressalta que o processo de inclusão social deve permear o da educação ambiental dessas populações, para que seja uma transformação de conduta, e não somente ações isoladas (...), para que a gestão de áreas protegidas seja legítima.

Dória (2004) e Coutinho (2000) ressaltam que iniciativas de organização comunitária com esse objetivo ganharam destaque, como as RESEXs Curralinho e Pedras Negras/RO, que passaram a ser objeto de investigação das potencialidades turísticas para a região, culminando com o desenvolvimento do ecoturismo. Como efeito do avanço do ecoturismo em RESEXs foi lançado em 2002 pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), o Programa Estratégico de Incentivo ao Ecoturismo em RESEXs que possuem projeto piloto.

As Reservas Estaduais Extrativistas de Curralinho (Costa Marques) e Pedras Negras (São Francisco de Guaporé) situam-se no Vale do Guaporé e são habitadas por seringueiros que vivem da extração da borracha, coleta de castanha, pesca e agricultura de subsistência. Estas comunidades, em conjunto com a Organização dos Seringueiros de Roraima (OSR), a Associação dos Seringueiros do Vale Guaporé (AGUAPÈ) e Ação Ecológica Guaporé (ECOPORE), vêm desde 1997, buscando desenvolver o ecoturismo como alternativa de renda para os seringueiros e de sustentabilidade ambiental das RESEXs (MITRAUD, 2003). O projeto de ecoturismo iniciou-se com a implementação do primeiro empreendimento turístico comunitário em RESEXs na Amazônia, e tem como beneficiários diretos e indiretos as 27 famílias extrativistas moradoras da área. Estas famílias tiveram asseguradas à participação no

planejamento e implementação do projeto por meio de oficinas de capacitação e processos participativos de tomadas de decisões. O desenvolvimento e gerenciamento de todas as atividades de manutenção do projeto e de recepção de visitantes são conduzidos pela própria comunidade (MITRAUD, 2003). Além da participação comunitária, este projeto é gerenciado pela organização de base AGUAPÉ e OSR, com apoio técnico de entidades parceiras como ECOPORÉ, WWF Brasil, Ministério do Meio Ambiente (PROECOTUR), Governo Estadual e a Universidade de Rondônia. A idéia de implementação do ecoturismo surgiu durante os levantamentos sócio-econômicos das colocações de seringueiros do Vale do Guaporé realizados no período de 1989 a 1990, pelo Instituto de Antropologia e Meio Ambiente e ECOPORÉ.

A partir desta deliberação comunitária, as entidades OSR/AGUAPÉ/ECOPORÉ com apoio da WWF Brasil buscaram conhecer os atrativos potenciais das RESEXs para o ecoturismo, logo tendo a apresentação e a aprovação pelas comunidades. Assim, as entidades realizaram o estudo de viabilidade econômica e a proposta de implementar um projeto de ecoturismo comunitário com o apoio estatal. Então, com a aprovação das comunidades, as entidades envolvidas buscaram apoio financeiro e técnico (DÓRIA, 2004).

De 1997 a 2003, os envolvidos no processo, trabalharam na implementação da infraestrutura de receptivo, na capacitação e organização comunitária e planejamento participativo das atividades. Esse projeto considerou os potenciais atrativos de cada área e a capacidade da comunidade em receber os visitantes. Para a área de Pedras Negras foi implantada uma pousada e para Currallinho, um Centro de Visitantes, trilhas interpretativas e um acampamento ecológico de praia (MITRAUD, 2003), além do principal atrativo, o convívio com a comunidade extrativista e o conhecer a história local, do seringueiro para o desenvolvimento local e da conservação das Florestas Tropicais. Currallinho e Pedras Negras recebem, respectivamente cerca de 600 e 30 visitantes/ano (DÓRIA, 2004). A autora constatou que a percepção das comunidades sobre o turista demonstra ter uma imagem positiva.

A importância da organização social na manutenção das comunidades nestas UCs demonstrou estar mais relacionada à “manutenção da integridade da área e dos recursos explorados para a própria subsistência”. Também ressaltou-se a conquista de benefícios, como estrada, posto de saúde, escola, etc., a partir do ecoturismo. Na maioria dos locais que desenvolvem o ecoturismo, a maior parte da população local participa de organização de bairro, religiosa e, outros, sendo esta participação movida pela organização da atividade turística e da comunidade local. Estas comunidades geralmente estão associadas ao conselho de turismo, associação hoteleira ou de bairro que discutem o turismo no local. Neste sentido, a

participação comunitária deve acontecer a partir de um processo de gestão democrática e descentralizada das áreas protegidas. Isso permite que os conflitos sejam resolvidos e que os sujeitos possam construir um senso comum de maneira participativa, a fim de contribuir para o desenvolvimento local (IRVING et al., 1999).

A valorização da natureza na Amazônia possui diversas faces políticas. A possibilidade de articulação entre conservação, benefícios sociais e a viabilidade econômica se revelam, sobretudo, nos territórios onde existem projetos comunitários. Entretanto, a essência da sustentabilidade pode ser alcançada nas UCs, em assentamentos rurais e nas cidades. Para as populações tradicionais, sobretudo as das áreas rurais, nas margens dos rios e em meio às florestas, o turismo traz a possibilidade de complementar a renda familiar e favorece a conservação ecológica que é utilizada para a sua sobrevivência.

O ecoturismo a ser desenvolvido nas RESEXs deve priorizar a inclusão de suas comunidades no planejamento e gestão, contribuindo para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e cultura dessas populações. Sem dúvida, a participação dos moradores locais é considerada ainda um desafio para o desenvolvimento local.

A partir de iniciativas públicas e privadas, o ecoturismo deve ser apontado como opção capaz de contribuir para a conservação natural, histórica e cultural, sendo utilizado por várias gerações das populações tradicionais da Amazônia.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- COUTINHO, M. Ecoturismo: Reservas Extrativistas no Brasil e experiências da Costa Rica. 2000. 157f. Dissertação. Pós-graduação em Integração da América Latina, USP, 2000.
- CNPT/DISAM/IBAMA. 16 anos de Reserva Extrativista. Brasília, DF, 2006.
- DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 4ª ed., São Paulo, Hucitec, NUPAUB, USP, 2004.
- DÓRIA, C. R. Viabilidade do Ecoturismo como alternativa de renda para Comunidades na Amazônia. 2004. 310f. Tese, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2004.
- IRVING, M. A., et al. *Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso*. In: SÉRIE DOCUMENTA/UFRJ. Programa EICOS/Cátedra UNESCO – Vol.1, n.10, Rio de Janeiro: UFRJ, 1999, p.59-82.
- LOUREIRO, C. F. (Org.). Educação ambiental e gestão de participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: IBAMA, 2005.
- MITRAUD, S. (Org.). Manual de Ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.